

Violência e Cidadania: Aspectos Relacionados às Mulheres Negras¹

Caroline Santos da Silva²

RESUMO: Frente às discussões atuais acerca do racismo, em níveis nacional e internacional, cada vez mais têm estado em pauta o processo de constituição de organizações coletivas negras, demonstrando a diversidade de composição e das reivindicações desse grupo populacional. Buscando contribuir com esta discussão, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o contexto social de constituição e desenvolvimento da cidadania e da violência no Brasil, especialmente nos aspectos que se relacionam às mulheres negras, a partir da articulação entre raça, classe e gênero. Da mesma forma, busca analisar a constituição dessas enquanto sujeitos políticos, articulando tais questões à emergência do que estamos chamando de “cidadania negra feminina”, especialmente a partir do início de sua organização autônoma no Brasil, datada da década de 1980.

PALAVRAS-CHAVE: violência, cidadania, mulheres negras.

Violence and Citizenship: Aspects Related to Afro-Brazilian Women.

ABSTRACT: In the face of present discussions concerning racism, in national and international levels, each time more there has been the issue of the process of collective Afro-Brazilian organizations, demonstrating diversity of composition and demands of this populational group. Trying to contribute with this discussion, the present work has as an objective the reflection of the social context of constitution and development of the citizenship and violence in Brazil, especially in the aspects which relate to Afro-Brazilian women, from the articulation between race, class, and gender. In the same way, it tries to analyze the constitution of these while political subjects, articulating such issues to the emergency we are calling “Female Afro-Brazilian Citizenship”, especially from the beginning of its autonomous organization in Brazil, dated from the 80’s.

KEY WORDS: violence, citizenship, Afro-Brazilian women.

1. Considerações Iniciais

As intensas e notáveis modificações pelas quais passam o mundo, nessa transição de milênios, não fogem à análise dos autores contemporâneos preocupados que estão em

¹ Trabalho final da disciplina Violência, Cidadania e Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, Curso de Mestrado em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC RIO.

² Aluna do curso de Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC RIO.

descrever as mudanças atuais e, sobretudo, traçar tendências de uma (con)vivência possível entre as pessoas no futuro. Alguns desses autores debruçam seus esforços na narrativa das assustadoras conseqüências ocasionadas pela rápida difusão da globalização hegemônica (Demo, 2003), numa conjuntura em que os possuidores de capital têm cada vez mais perspectivas de “liberdade” e os despossuídos dele, cada vez mais perspectivas de “privação” (Bauman, 1999). Nesse quadro, em conjunto com a questão social, a violência e a cidadania se inscrevem enquanto importantes categorias de análise para o entendimento da sociedade nos dias atuais, visto que, na direção apontada por Telles (2001, p. 21) “ela possibilita uma problematização das sociedades em sua história, dilemas e perspectivas de futuro”.

Frente à ampliação crescente do predomínio do mercado em relação ao Estado, evidencia-se uma mudança de tendência nos rumos das políticas sociais e, conseqüentemente, na constituição da cidadania. Essa mudança se apresenta com forte função ideológica, ajudando a legitimar a relativa retirada do Estado da prestação de serviços sociais, fato também pontuado por Bauman (1999) quando sinaliza que, nesse processo, se abre uma divisão crescente entre Estado e economia. Nesse quadro, o rápido avanço do ideário neoliberal levou à extensão da cidadania – enquanto meta a ser alcançada por um Estado de Bem Estar voltado às necessidades sociais – e a um questionamento pautado em um conjunto de políticas de ajuste³.

Esse ajuste faz com que o Estado se afaste da prestação de serviços sociais, frente à insustentabilidade crescente do financiamento de suas ações, o que nos possibilita observar que as respostas forjadas pelo modo de produção capitalista, buscando dar conta de tais modificações, se deram historicamente sem impedir a reprodução do capital (Soares, 2003). Ao atingirem o mundo do trabalho, essas respostas tornaram explícitas as propostas excludentes de regulação estatal, visto que seguem a tendência internacional e se afastam cada vez mais das negociações acerca das relações de trabalho, ocasionando dimensões gigantescas à reestruturação produtiva, na qual um número cada vez maior de pessoas vai sendo considerado desnecessário (Wanderley, 1997).

Diante disso, nossa genuína pobreza, que tem na população negra sua maior expressão⁴, assume ares de modernidade e parece se fixar como realidade inevitável de parcelas crescentes da população (Telles, 2001), saltando aos olhos principalmente a partir do fracasso do Socialismo Real e do Estado de Bem Estar, figuras emblemáticas da evolução do

³ Expressão desenvolvida por Soares, 2003.

⁴ Em estudo a respeito da assistência social brasileira, Amaro (2005) chama atenção para o fato de que os afrodescendentes (categoria utilizada pelo IBGE nos estudos populacionais) majoritariamente se encontram entre os que possuem menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH.

século XX, conforme Demo (2003). Nesse sentido, diversos autores⁵ sinalizam que as características da cidadania forjadas em cada sociedade são determinadas por processos históricos, políticos, culturais e ideológicos particulares, destacando ainda mais a flagrante situação de injustiça social presente no Brasil, uma vez que a pobreza e a exclusão social desenvolvidas historicamente são frutos diretos da não ação dos governantes (Pereira, 2002). Nesse contexto, a violência passa a ocupar o centro dos debates, ganhando espaços públicos e passando a fazer parte do cotidiano, sendo naturalizada nas relações sociais.

Tais processos modificam as relações que se estabelecem entre Estado e sociedade, ocasionando deslocamentos nos meios e recursos destinados à gestão social (Silva, 2004), visto que uma ampla diversidade de atores se mobiliza em torno de novos movimentos sociais⁶, objetivando a constituição de seus membros enquanto novos sujeitos políticos⁷. Essa situação foi vivenciada por diversos movimentos sociais no mundo, dentre os quais se destaca o feminismo que, no Brasil, chegou a atingir a politização das desigualdades de gênero através de sua intervenção política no processo da Constituinte (Carneiro, 2003) e, particularmente, pelo movimento de mulheres negras brasileiras a partir da década de 1980, conforme abordaremos adiante.

As percepções hegemônicas sobre as mulheres negras, associadas à inferioridade e subordinação, influenciam o estabelecimento de suas relações em todos os níveis da vida (Costa, 2005, p. 51) e é a partir do desvelamento desse processo de oposição/resistência que o movimento de mulheres negras se amplia e aprofunda seu debate com a sociedade em geral, tendo como base fundante a articulação entre raça, classe e gênero para o entendimento acerca da complexidade que envolve a questão das mulheres negras (Sudbury, 2005). Parte dessa complexidade se traduz nas discussões atuais acerca do racismo, com alguns estudos declarando que o conceito de raça no qual ele se pauta, embora não se sustente mais sob sua perspectiva biológica⁸, se inscreve enquanto fenômeno carregado de ideologia, como construto social e histórico, presente no imaginário social e pautando-se em “raças fictícias” (Munanga, 2004 apud Guimarães, 2006, p. 39) construídas a partir de diferenças no fenótipo, como o tom da pele, a textura do cabelo, dentre outros, sendo responsáveis pela manutenção contemporânea do racismo.

Da mesma forma, a definição acerca de quem é negro no Brasil passa pelo entendimento de diversos fatores, dentre os quais se destaca o papel ideológico desempenhado

⁵ Carvalho, 2007; Demo, 2001 e 1995; Laurel, 1995; dentre outros.

⁶ Expressão desenvolvida por Santos (1999) e Faleiros (2002).

⁷ Expressão desenvolvida por Telles (2001, p.149).

⁸ Os atuais estudos a respeito desse campo concluem que raça não é uma realidade biológica. (Guimarães, 2006).

pela ideologia do branqueamento⁹, fazendo com que as fronteiras entre as identidades raciais vacilem, dificultando a construção de uma identidade racial negra pautada em aspectos positivos (Munanga, 2004). Nesse sentido, refletindo sobre os processos de auto e heteroidentificação da cor no Brasil através dos censos, Piza e Rosemberg (In: Carone, 2002, pp. 91-120), sinalizam que as dificuldades em torno da autoclassificação de cor estão relacionadas à inexistência de critérios universais para tal levantamento, o que vem reforçar que raça/cor são dados sujeitos às condições e necessidades nacionais, dependendo do tipo de composição da população e dos significados atribuídos a cada cor em cada sociedade (2002, p.100).

Expostos os aspectos iniciais, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o contexto no qual se desenvolvem a cidadania e a violência no Brasil, especialmente nos aspectos que se relacionam às mulheres negras, articulando tais questões à emergência do que estamos chamando de uma “cidadania negra feminina”, sem pretender, contudo, apresentar aspectos conclusivos às questões por hora abordadas. Para tanto, esse trabalho está estruturado em três partes: nas duas primeiras, enfocamos as categorias de violência e cidadania enquanto possibilidades de análise acerca das situações vivenciadas pelas mulheres negras; e na terceira, apontamos alguns desafios à constituição do movimento de mulheres negras brasileiras.

2. Mulheres Negras e Cidadania – as dimensões da análise

O reconhecimento da cidadania enquanto valor importante para o desenvolvimento das sociedades como um todo e de seu embricamento com a luta pelos direitos, tem feito com que o termo ganhe visibilidade crescente, sendo identificado como requisito essencial tanto para erradicar a miséria econômica quanto para possibilitar a emancipação. Dialogando com alguns autores que trabalham com a categoria cidadania, buscaremos realizar uma análise que nos aproxime das interfaces entre ela e os aspectos relacionados às mulheres negras, partindo especialmente das contribuições de Carvalho (2003), Demo (1995 e 2003) e Telles (2001).

Ao analisar o caminho de constituição da cidadania no Brasil, Carvalho (2003, p. 08) sinaliza que, a partir da retomada democrática do país, o conceito de cidadania “vira gente”,

⁹ Esta, segundo Carone (2002) e Munanga (2004), foi forjada pelas elites intelectuais brancas brasileiras em meados do século XIX e início do século XX e foi evidenciada nas ciências, nas artes, nas pesquisas e imprensa, demonstrando a expectativa dessas elites de que o Brasil se tornasse um país branco. Com o passar do tempo, ela sofreu alteração no imaginário social, e se em seu princípio parecia corresponder às preocupações e medos das elites brancas, hoje é caracterizada como uma patologia social peculiar aos negros (Carone, 2002, p. 17).

na medida em que assume importância quando do declínio do governo militar e se desenvolve, especialmente a partir daí, como um fenômeno complexo e historicamente definido, que se manifesta através de várias dimensões. Prosseguindo sua análise, o autor considera que a presença em conjunto ou não dessas dimensões é o que vai determinar a existência ou não da cidadania plena, visto que “o exercício de certos direitos não gera automaticamente o gozo de outros” (Carvalho, 2003, p. 08). Com isso, a cidadania plena enquanto realidade possível se torna cada vez mais distante, especialmente na realidade brasileira, visto que sua construção tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação, na medida em que a lealdade ao Estado depende do grau de participação das pessoas na sua vida política.

Para Telles (2001), nossa cidadania se constitui tendo como base o peso da tradição patriarcal de mando e autoridade, que permanece imperando nas relações sociais brasileiras desde os tempos da escravização das populações negra e indígena, tendo se gestado tardiamente no Estado uma concepção voltada à centralidade das necessidades sociais, o que ocorreu com a promulgação da Constituição de 1988, quando foram incorporadas ao texto constitucional novas garantias, titulares e sujeitos sociais. Apesar disso, na prática, uma quantidade considerável de pessoas se encontra, desde sempre, fora dos acordos previstos pelo contrato social, sendo este um “certo modo de problematizar e julgar os dramas da existência nas suas exigências de equidade e justiça” (2001, p. 21). Trata-se de uma maioria que sempre esteve à margem do “Brasil legal”, visto que nossa pobreza está implicada “no modo como os direitos são negados nas relações sociais” (idem).

Seguindo no diálogo com os autores, identifica-se que Demo (1995 e 2003) desenvolve a noção de cidadania diretamente relacionada com a de emancipação. Essa emancipação é vista como indispensável para que o exercício da cidadania seja possível e é vislumbrada sob o teor político, envolvendo a formação de um tipo de consciência, que permite à pessoa “fazer-se sujeito histórico capaz de pensar e conduzir seu destino” (1995, p. 133). Tal concepção associa, sobremaneira, o desenvolvimento da cidadania à eliminação da pobreza política, na qual “não está em jogo apenas a dimensão do ‘ter’, mas principalmente a do ‘ser’” (Demo, 2003, p. 37), em que o exercício da cidadania é resultante também do exercício de poder de ação e representação, indispensável para fazer “história própria e coletivamente organizada” (1995, p. 01).

Para Demo (1995 e 2003), a organização política deve privilegiar a construção de uma consciência crítica, que envolve “a busca de condução própria do destino, a formação de projeto próprio de desenvolvimento, a ocupação de espaço próprio” (2003, p. 156). Tendo em

vista o processo de constituição de organizações autônomas de mulheres negras no Brasil e observando as questões pontuadas pelos autores acima referidos, vislumbramos que o desenvolvimento da “cidadania negra feminina” estrutura-se a partir da formação de uma consciência crítica, somente possibilitada por sua emancipação, sob o teor político (Demo, 1995 e 2003). Assim, essa é a compreensão acerca de cidadania que mais nos interessa para a análise que buscamos desenvolver no presente trabalho.

3. Mulheres Negras e Violência

As grandes dimensões da problemática da violência nos dias atuais fazem com que ela atinja diferentes pessoas, independentemente do contexto social em que vivem, e em diversos aspectos de suas vidas. Contudo, a intensidade de seus impactos no cotidiano dos diversos segmentos populacionais, em especial no que se refere às variáveis de local de moradia, classe social e pertencimento racial, apresentará níveis diferenciados.

Na sociedade brasileira, especialmente, a violência passou, nos últimos anos, a ocupar o centro dos debates, fazendo parte do cotidiano e sendo naturalizada nas relações sociais¹⁰ (Zaluar, 1998). Enquanto sujeitos que se inscrevem na afirmação diária de sua condição de cidadania, as mulheres negras são atingidas ferozmente pelo crescimento desse fenômeno, em diversas dimensões. Principalmente no contexto urbano, elas vivenciam de forma direta e indireta, em todos os papéis que desempenham na vida social, o impacto da tensa relação entre as comunidades populares, em especial, e a presença, geralmente hostil, dos sistemas de segurança.

Cabe ressaltar que a compreensão hegemônica em torno das mulheres negras está ainda fortemente relacionada com os papéis instituídos para as relações de gênero segundo a cor ou raça no período escravista, fazendo com que as mulheres negras continuem, ainda que sob outras condições, sendo desvalorizadas socialmente. Carneiro (2003) chama atenção para uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva das mulheres negras: “a hegemonia da branquitude, presente no imaginário social e nas relações sociais concretas” (2003, p. 122) que é vislumbrada, sobretudo, no papel ocupado pela mídia na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra. Trata-se de uma

¹⁰ Para melhor entendimento da questão, Zaluar (1998) propõe a necessidade de articulações entre as esferas pública e privada, visto que a violência tem acarretado conseqüências nos planos simbólico, econômico e político da sociedade em geral, mas atingindo de forma particular os moradores de favelas e bairros pobres.

violência invisível que traz saldos negativos para a subjetividade e desenvolvimento da identidade e das relações sociais dessas mulheres.

Frente a tais questões se torna indispensável, nessa análise, a concepção de violência simbólica desenvolvida por Bourdieu (1989), por possibilitar o entendimento de que ela se manifesta na medida em que os “sistemas simbólicos” cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. Com relação aos diferenciais de gênero e de raça, identifica-se que apesar de sua transversalização nas relações sociais, onde dominantes e dominados são cúmplices, ambos são invisibilizados, assim como as situações de opressão e dominação que lhes originam, se exercendo sobre os corpos como que numa “magia, sem coesão física” (1989, p. 14). O poder simbólico, para o autor, se constitui como uma espécie de “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (1989, p. 08).

4. Mulheres negras em (constru)ção: “cidadania negra feminina”

No que se refere ao ser “mulher negra” é possível identificar que, embora esta tenha se constituído enquanto agente histórica de resistência¹¹ na sociedade brasileira, a concepção política de sua constituição só passa a vigorar no ativismo político dessas mulheres a partir da década de 1980, inseridas que estavam em diversos movimentos sociais, momento em que se estruturam as primeiras organizações femininas negras autônomas no Brasil. Naquele momento, a intervenção se pautou no rompimento do silêncio e da invisibilidade que as atingia e nas questões específicas no âmbito dos movimentos negro e feminista. Santos (2006) evidencia, em estudo a respeito dos aspectos que envolvem a constituição de organizações de mulheres negras lésbicas da cidade do Rio de Janeiro, que o surgimento dessas organizações autônomas decorreu da dificuldade de discussão das questões de lesbianidade, feminino e raça nos outros movimentos sociais.

O movimento feminista se desenvolveu no Brasil a partir da década de 1960, tendo conquistado visibilidade definitiva na Constituinte, quando considerável parte de suas contribuições foi incorporada ao texto legal, ocasionando uma mudança no *status* jurídico da mulher no país (Carneiro, 2003). Essa mudança, contudo, não atingiu a todas as mulheres da

¹¹ “A resistência da mulher escravizada é tão antiga quanto a de seus companheiros, podendo ser recuperada desde África (...). Chegando ao ‘novo mundo’ (...) a resistência da mulher negra continuou, seja quando tentava amenizar a vida enquanto escrava (...); quando procurava saídas para sua condição (...); ou então quando negava-se a qualquer negociação, matando ou morrendo” (Mott, 1988, p. 29).

mesma forma, tornando nitidamente visível a necessidade de discussão acerca da diversidade feminina, uma vez que em diversos aspectos, o pertencimento racial impedia (e ainda impede) que uma mulher pudesse acessar direitos conquistados em igualdade de oportunidades à outra.

Nesse sentido, Carneiro (2003, p. 118) chama atenção que “assim como outros movimentos sociais progressistas, o feminismo esteve (...) prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres”, fator que evidencia nitidamente a reflexão de Santos (1999, p. 258) acerca dos novos movimentos sociais, visto que o que pode ser visto como fator de emancipação nos movimentos sociais tradicionais transforma-se, nos novos movimentos sociais, em fator de regulação.

O movimento negro também se viu desafiado pela emergência da organização das mulheres negras, uma vez que a percepção do racismo como forma de dominação ideológica não assegurou a identificação de que em seu próprio interior também se propagavam mecanismos de dominação (Santos, 2006). Frente a isso, Ribeiro (2006) destaca que a agenda política constituída pelas mulheres negras transcende as questões de gênero, abarcando o combate ao racismo, à discriminação, ao preconceito racial¹² e a discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos, distinguindo-se dos outros movimentos sociais aqui citados, pela amplitude de sua plataforma de ações.

As leituras contemporâneas a respeito da questão apontam que vivenciamos uma fase de definição de novos rumos e focos para o feminismo em escala mundial. Essa fase sinaliza a emergência de um novo estágio no relacionamento entre mulheres negras e não negras no Brasil, visto que aumenta a cumplicidade e a colaboração na luta anti-racista e anti-sexista, verificando-se aumento no número de mulheres oriundas da militância sindical, popular e negra nos encontros do movimento feminista, elevando assim os debates na mesma proporção da presença efetiva desses setores, com capacidade de interferência e proposição (Carneiro, 2002; Ribeiro, 2006).

O diálogo com algumas das estudiosas que se debruçam sobre a questão das mulheres negras na atualidade demonstra reflexões interessantes: Silva (1998, p. 07) defende que a mulher negra necessita elucidar sua presença na sociedade, buscando superar a invisibilidade histórica: “queremos nos fazer ver e conhecer tal qual somos e para que isso aconteça (...) são necessárias muitas iniciativas, desde fazer conhecer nossa história, até nos sentirmos

¹² “... esse fenômeno global chamado racismo pode se decompor em três elementos distintos e inter-relacionados. (...) por um lado nós temos uma ideologia racista, que é uma doutrina, uma concepção de mundo (...). O mesmo fenômeno se decompõe também em preconceito racial, que é simplesmente uma disposição afetiva imaginária (...), uma atitude, uma opinião, que pode ser verbalizada ou não (...). Finalmente, há a discriminação racial, que é um fenômeno coletivo observável” (Munanga, 1998, p. 49).

representadas nas estatísticas”. Semelhante reflexão é descrita por Carneiro (2003, p. 125): “esperamos que a mulher negra seja representada levando-se em conta o espectro de funções e habilidades que ela pode exercer”.

Dentre as ações necessárias para o fim dessa invisibilidade e para que a mulher negra consiga alçar-se à condição de ser capaz de comandar seu destino, faz-se indispensável a constituição de uma “cidadania negra feminina”, que venha a elucidar sua constituição enquanto sujeito político presente em todas as questões sociais e políticas.

Nesse processo, categorias como empoderamento, emancipação e participação ativa estão diretamente relacionadas. Retomando Demo (2003, p. 135), destacamos que “a capacidade de organizar-se representa o início da competência histórica prática, porque determina as condições concretas de inovação e intervenção”.

A partir dessa perspectiva, os movimentos negros contemporâneos enfatizam a importância da construção de uma identidade negra pautada em aspectos positivos enquanto caminho para a conquista da plena cidadania desse segmento (Munanga, 2004). Essa construção passa, necessariamente, pela recuperação da negritude, em seus aspectos físicos e culturais, e pela tomada de consciência política, vislumbrada a partir do convívio em organizações coletivas que estimulem um resgate individual e coletivo, reorganizando, no caso do movimento de mulheres negras, a percepção sobre o que é ser mulher negra na sociedade brasileira. Nesse processo, segundo Ribeiro (1999, apud Rodrigues, 2006), destaca-se a importância do “grupo de pertença”, como local que possibilita a re-significação das imagens hegemônicas sobre as mulheres negras e o estabelecimento de alianças e unidades que favoreçam a realização de ações comuns.

Guardadas as devidas proporções, a pesquisa desenvolvida por Sudbury (2005) com o título “*Outros Tipos de Sonhos*”, em que traça um histórico da trajetória de organizações de mulheres negras na Grã-bretanha, efetuando uma análise que parte das perspectivas histórica, social e crítica, considerando tais organizações em constante transformação, reforça a importância da tese defendida por Ribeiro (1999). Dentre os pontos que compõe a estrutura conceitual de sua análise, chama atenção seu entendimento de que as mulheres negras são pessoas conscientes e atuantes, referencial que as identifica como agentes de sua história e não como vítimas passivas de acontecimentos desastrosos que se sucedem à sua volta sem qualquer esboço de reação. Desse modo, cabe ressaltar a importância da constituição do movimento de mulheres negras, no Brasil, como ponto fundamental para a construção de sua cidadania plena incorporando, em sua pauta de reivindicações, questões relativas às suas especificidades e às possíveis relações a serem estabelecidas com outros sujeitos sociais.

Embora em curso, a construção da “cidadania negra feminina” ainda tem um longo caminho a ser percorrido pelas mulheres negras brasileiras.

5. Considerações Finais

Diante do exposto, acreditamos que a reflexão sobre o contexto social de constituição e desenvolvimento da cidadania e da violência no Brasil, especialmente em suas interfaces com relação às mulheres negras, evidencia a importância da vinculação entre raça, classe e gênero como fenômenos historicamente determinados para um entendimento mais aprofundado, embora não tenha sido possível desenvolver tal análise nesse trabalho. Sem dúvidas, a partir das contribuições dos autores estudados, a constituição das mulheres negras enquanto sujeitos políticos está diretamente vinculada à emergência de sua emancipação à condição de sujeito dotado de poder, indo ao encontro da construção do que estamos chamando de “cidadania negra feminina”.

Ressalta-se nessas considerações finais, a iminência da construção de um novo imaginário a respeito da mulher negra, vinculado à superação da falta de poder inscrito em suas relações. Ao assumirem uma posição de combatividade e introspecção, criticando as atuais configurações da violência nas relações sociais, as mulheres se propõem a transformá-la, especialmente em sua dimensão simbólica, visto que, sendo invisível, torna-se ainda de mais difícil superação.

Esse processo parte, sem dúvidas, da adoção da concepção de que as mulheres negras são as fontes mais genuínas de conhecimento sobre elas mesmas, necessitando que os estudos sobre a temática adotem seu ponto de vista como principal fonte de análise. Nesse cenário, acreditamos que um dos desafios que se apresenta em relação à efetivação da construção de uma “cidadania negra feminina” está na necessidade de se desmistificar a visão idealizada de homogeneidade das mulheres negras, dando lugar à análise da sua diversidade conforme sugere Sudbury (2005).

Bibliografia

- AMARO, S. A questão racial na assistência social: um debate emergente. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.º 81. São Paulo: Cortez Editora, 2005, pp. 58- 81.
- ABELLA, S. I. Sonhos e lutas de organizações de mulheres negras na Grã-Betanha. In: **Revista Estudos Feministas**, 13 (3), set.-dez., 2005.

- AMMANN, S. Cidadania e exclusão social: o mundo desenvolvido em questão. In: **Serviço Social e Sociedade** n.º 76. São Paulo: Cortez Editora, 2003. pp. 118- 130.
- ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. In: **Revista Sociedade e Estado**. Vol X, n.º 2, jul/dez: 299-942, 1995.
- BARRETO, R. Enegrecendo o feminismo ou feminilizando a raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzáles. Rio de Janeiro, 2005. **Dissertação de Mestrado** - Departamento de História, PUC Rio.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4. d. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. In: **Revista Estudos Avançados** 17 (49), 2003.
- _____. A batalha de Durban. In: **Revista Estudos Feministas**, v.10 n.1 Florianópolis jan. 2002.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CARONE, I.; BENTO, M. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- COSTA, A. S. Questão étnico-racial: um desafio para o serviço social. Porto Alegre, 2005. **Dissertação de Mestrado** - Faculdade de Serviço Social, PUC RS.
- DEMO, P. **Pobreza da Pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. **Cidadania assistida e cidadania regulada**. Campinas: Autores Associados, 1995.
- ESPING, A. O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. **Lua Nova** n.º 35. São Paulo, CEDEC, 1995.
- GUIMARÃES, R. Considerações sobre um passado recente: o racismo no Brasil. In: **Revista Debates Sociais**, v. 10, n. 15, jan., 2006. pp. 28-44.
- MUNANGA, K. Teorias sobre o racismo. In: HASENBALG, C. A. (org.). **Estudos e Pesquisas. Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira**. Niterói/RJ, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.
- _____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____, HASENBALG, C. e SCHWARCZ, L. **Estudos e Pesquisas - Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira**. EDUFF: Niterói, 1998.

- PINTO, E. **O serviço social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- PEREIRA, P. Política social, cidadania e neoliberalismo: reflexão sobre a experiência brasileira. In: **Novos paradigmas da política social**: CARVALHO, D.B.B. (org.). Brasília, 2002.
- _____. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo. In: **Novos paradigmas da política social**. BOSCHETTI, I. et alli (orgs.). Brasília: UNB, 2004, pp. 135-159.
- RAMÃO, S.; FARINA, O.; MENEGUEL, S. Historias de resistência das mulheres negras. In: **Revista Estudos Feministas**, vol. 13 n.º 3. Florianópolis, set.-dez., 2005.
- RIBEIRO, M. As abordagens étnico-raciais no serviço social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.º 79. São Paulo: Cortez Editora, 2004, pp. 148-161.
- _____. O feminismo em novas rotas e visões. Seção Debates: traduções do pós-feminismo. In: **Revista Estudos Feministas**, v.14 n.3. Florianópolis set./dez. 2006.
- RODRIGUES, R. Identidade negra em terreiros de candomblé em Belo Horizonte: um estudo psicossocial a partir do discurso de lideranças religiosas. Belo Horizonte, 2006 – **Dissertação de Mestrado**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
- SANTOS, B. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- _____. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. C. **Os sentidos da democracia – políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis; Ed. Vozes, 1999.
- SANTOS, R. Raça, sexualidade e política: um estudo da constituição de organizações lésbicas negras no Rio de Janeiro. Niterói, 2006 – **Dissertação de Mestrado**. Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense – UFF.
- SILVA, P. Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas - situando-nos enquanto mulheres e negras. **Cadernos CEDES** v.19 n.45 Campinas Jul., 1998
- SUDBURY, J. **Outros tipos de sonhos: organizações de mulheres negras e políticas de transformação**. Rio de Janeiro; Objetiva, 2005.
- SOARES, L. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SILVA, A. **A gestão da seguridade social brasileira – entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

- TELLES, V. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.
- WANDERLEY, M. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: **Serviço Social e Sociedade** n.º 55. São Paulo: Cortez Editora, 1997, pp. 74-83.
- WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*. **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, 9 (1): 5-41, maio, 1997.
- ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARTZ, L. (org). **História da vida privada**, vol. IV, São Paulo, Cia. Das Letras, 1998.